

Artigo 120 Código Penal Comentado: Perdão Judicial e Suas Implicações Jurídicas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | janeiro 12, 2025



No cenário jurídico brasileiro, o Artigo 120 do Código Penal destaca-se como uma peça chave na compreensão do perdão judicial. **Esse dispositivo legal afirma que a sentença que concede o perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência, essencialmente extinguindo a punibilidade sem sujeitar o condenado a consequências penais futuras.** Essa provisão é particularmente relevante em contextos onde o ato criminoso já resultou em sofrimento suficiente para o réu, tornando desnecessária uma punição adicional.

O perdão judicial oferece ao sistema judiciário uma alternativa compassiva dentro do arcabouço legal, permitindo ao juiz reconhecer o sofrimento já enfrentado pelo réu. Essa medida é aplicada em situações específicas previstas pela lei, como em crimes cometidos sem violência grave ou quando as consequências do delito impactam significativamente o autor do fato. Dessa forma, cria-se uma oportunidade de balancear a justiça com a humanidade ao considerar as circunstâncias individuais de cada caso.

A história e a análise crítica do Artigo 120, incluindo suas interpretações nos tribunais e propostas de reforma, oferecem um rico campo de estudo para entender sua evolução e aplicação prática. A comparação com outros sistemas legais

internacionais também amplia a perspectiva sobre como o perdão judicial pode ser uma ferramenta eficaz na administração da justiça penal.

Pontos Importantes

- Perdão judicial extingue a punibilidade sem efeitos de reincidência.
- Aplicação depende de condições específicas previstas na lei.
- Oferece um equilíbrio entre justiça e humanidade no sistema penal.

Contexto Histórico do Artigo 120 do Código Penal Brasileiro

O *Código Penal Brasileiro* sofreu várias reformas ao longo dos anos para refletir mudanças sociais, políticas e jurídicas. **Artigo 120** se destaca particularmente por abordar o perdão judicial, uma ferramenta legal que permite a exclusão de efeitos penais em certos casos. Introduzido pela **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**, este artigo teve impacto significativo.

A reforma de 1984 foi um marco, pois modernizou e humanizou o Código Penal, propondo medidas para reduzir o encarceramento desnecessário. O **perdão judicial** visa extinguir ou reduzir a pena quando há circunstâncias atenuantes. Serve como um reconhecimento legal da complexidade e individualidade dos casos.

A importância histórica do Artigo 120 também se reflete em sua recepção nas cortes e na sociedade. Por exemplo, a Súmula 18 do STJ ressalta que a sentença concessiva do perdão judicial implica na extinção da punibilidade sem considerar reincidência.

Ao longo do tempo, o uso do Artigo 120 tem sido objeto de debates em relação à sua aplicação em variados contextos criminais, como casos de crimes passionais ou de menor gravidade. Isso evidencia sua natureza flexível e a necessidade de julgar cada situação de forma única no sistema jurídico brasileiro.

Estrutura Normativa



A estrutura normativa do Artigo 120 do Código Penal aborda o perdão judicial, variando sua aplicação dependendo das circunstâncias do caso. Compreender os elementos, a interpretação legal e a aplicação prática é essencial para qualquer profissional do direito.

Elementos do Artigo

O **Artigo 120** do Código Penal é específico ao tratar do perdão judicial. Ele estabelece que a concessão do perdão não resulta em reincidência. Esse detalhe é crucial, pois distingue a natureza do perdão judicial de outros dispositivos legais. A redação do artigo proporciona orientação clara sobre suas implicações no histórico criminal do réu. Importa ressaltar

que o perdão judicial não anula o crime cometido, mas exclui penalidades futuras relacionadas à reincidência.

Interpretação Legal

Na **interpretação legal**, o perdão judicial é entendido como uma forma de extinção da punibilidade, sendo um direito do réu quando os requisitos legais são atendidos. Essa interpretação é reforçada por Súmula 18 do STJ, que apoia a exclusão da reincidência em casos de perdão judicial. Essa compreensão proporciona um alicerce solene no sistema jurídico brasileiro, demonstrando o caráter flexível e humano da legislação, permitindo ao juiz considerar fatores pessoais e contextuais na decisão.

Aplicação Prática

Na **aplicação prática**, o uso do perdão judicial é observado em diversos crimes, particularmente quando o réu demonstra arrependimento genuíno ou quando as consequências do ato são consideradas desproporcionalmente severas em relação ao dano causado. Casos que envolvem crimes culposos ou de menor ofensividade frequentemente usufruem deste benefício. O perdão judicial está sujeito à interpretação dos juízes, que podem decidir conforme circunstâncias específicas. Este mecanismo é essencial para assegurar que a justiça seja proporcional e atenda tanto aos interesses do réu quanto da sociedade.

Perdão Judicial

O perdão judicial é um instrumento do Direito Penal utilizado para extinguir a punibilidade sem que o indivíduo seja considerado reincidente. Sua aplicação depende de critérios específicos previstos na lei, e seus efeitos são claros em relação à ficha criminal do acusado.

Conceito e Natureza Jurídica

O perdão judicial é uma forma de clemência legal que anula a punição, sem apagar o reconhecimento do fato ilícito. Trata-se de uma medida excepcional do Direito Penal brasileiro, não implicando reincidência ou outros efeitos penais.

A jurisprudência estabelece que este benefício, embora anule a punibilidade, não equivale a uma declaração de inocência. Atua como uma forma de leniência legal aplicada em situações especiais. Ademais, essa clemência não é aplicável a todos os tipos de crimes, mas a casos específicos como o homicídio culposo ou lesão corporal culposa.

Requisitos para Concessão

A concessão do perdão judicial requer que o crime não envolva violência ou ameaça grave à pessoa. São circunstâncias como o erro de fato, crenças falsas ou em casos onde o impacto da pena seria desproporcional ao dano causado.

Os artigos do Código Penal detalham condições em que o perdão pode ser aplicado, como em casos específicos de homicídio culposo ou lesão corporal. Para uma visão detalhada, veja [Perdão judicial: Quando ele pode ser aplicado](#).

Efeitos do Perdão Judicial

Quando concedido, o perdão judicial elimina a punição, mas não revoga a culpabilidade. Ele é projetado para evitar que o réu sofra consequências penais adicionais, como reincidência.

O artigo 120 do Código Penal assegura que uma sentença com perdão não é considerada para fins de reincidência, como detalhado [aqui](#). Essa medida protege o indivíduo de penalidades futuras que seriam agravadas pelo histórico anterior, destacando a importância de sua natureza singular no sistema jurídico.

Análise Jurisprudencial



O Artigo 120 do Código Penal, que aborda o perdão judicial, tem sido objeto de diversas interpretações jurisprudenciais, as quais revelam sua aplicação prática. Esta análise explora decisões judiciais significativas e seus impactos sociais e jurídicos.

Decisões Relevantes

Decisões judiciais sobre o Artigo 120 frequentemente destacam situações onde o perdão judicial é concedido, levando em consideração o impacto das consequências do delito no agente. Um exemplo envolve casos de homicídio culposo onde o juiz considera as sanções penais desnecessárias por conta do sofrimento já enfrentado pelo réu.

A jurisprudência estabelece que sentenças concedendo perdão judicial não devem ser consideradas para efeitos de reincidência. Este entendimento é consolidado e sustenta-se em que o perdão judicial serve não apenas como um benefício ao réu, mas também como reconhecimento de situações atenuantes que tornam a aplicação da pena excessiva ou desnecessária.

Impacto Social e Jurídico

O perdão judicial desempenha um papel importante ao reconhecer que a aplicação rígida da pena nem sempre é a solução mais justa. Socialmente, isso permite uma abordagem mais humana, considerando as circunstâncias pessoais e emocionais dos envolvidos em crimes menos graves.

Juridicamente, reforça a flexibilidade do sistema penal brasileiro. Permite que juízes considerem diversas variáveis para decidir se o cumprimento da pena é necessário. Apesar disso, sua aplicação pode gerar debates sobre a consistência e a equidade na justiça penal, especialmente em situações onde casos similares não recebem o perdão. Além disso, incentiva a discussão sobre a eficiência e humanidade do sistema punitivo atual.

Crítica Doutrinária

No contexto jurídico, o **perdão judicial** é uma questão de amplo debate entre estudiosos do Direito Penal. A grande divergência reside na **natureza jurídica** da sentença de perdão. Enquanto alguns doutrinadores acreditam que é condenatória, outros sustentam que é meramente declaratória.

A [primeira corrente doutrinária](#) argumenta que a concessão do perdão judicial possui caráter condenatório. Este ponto de vista toma por base o entendimento de que, embora extinga a punibilidade, não afasta completamente o reconhecimento do ato ilícito.

Por outro lado, outra vertente considera que o perdão judicial **não deve ser visto como condenação**. Para estes, a sentença atua apenas como uma forma de extinção da punibilidade sem deixar efeitos condenatórios, como a reincidência criminal, conforme mencionado em alguns artigos do Código Penal Brasileiro.

Além disso, a aplicação do perdão judicial permanece controversa quanto ao seu uso em diferentes fases processuais. Algumas interpretações aceitam sua aplicação já na fase do inquérito policial, enquanto outras defendem que deve ocorrer somente após o devido processo legal em juízo.

Essas divergências evidenciam a complexidade do tema e indicam a necessidade de um debate contínuo na doutrina jurídica para alcançar um consenso mais claro.

Comparativo com Ordenamentos Estrangeiros

O conceito de **perdão judicial** no Brasil, como delineado pelo [Artigo 120 do Código Penal](#), difere em vários aspectos de práticas similares em outros países. Em termos gerais, o perdão judicial brasileiro não afeta a reincidência, uma característica importante ao considerar comparações internacionais.

Na Espanha, por exemplo, existe o indulto parcial, onde a pena pode ser reduzida, mas os efeitos penais da condenação, como a reincidência, podem permanecer. Isso contrasta com a prática brasileira, onde o perdão judicial anula certos efeitos secundários da condenação.

Nos Estados Unidos, o conceito similar é o de **clemência presidencial**, que pode incluir o perdão completo, a redução da pena, ou a suspensão da pena. A clemência pode remover os efeitos de uma condenação, mas não é garantido que elimine todas as consequências legais ou administrativas.

A França utiliza um sistema de **graça presidencial**, que permite ao Presidente anular ou reduzir sentenças. Semelhante ao perdão judicial brasileiro, a reincidência pode ser afetada dependendo das especificidades do caso e da sentença concedida.

País	Mecanismo	Efeitos sobre Reincidência
Brasil	Perdão Judicial	Não afeta reincidência
Espanha	Indulto Parcial	Pode afetar reincidência
EUA	Clemência Presidencial	Variável, dependendo da clemência
França	Graça Presidencial	Depende do tipo de graça concedida

Essas variações ilustram como o perdão judicial e mecanismos similares são tratados sob diferentes contextos legais globais. Cada sistema legal possui suas particularidades, refletindo diferentes abordagens em relação ao tratamento de sentenças penais e suas consequências futuras.

Casos Emblemáticos

O Artigo 120 do Código Penal, que trata do **perdão judicial**, tem sido aplicado em diversos casos de destaque. Este dispositivo é utilizado para extinguir a punibilidade, sem gerar reincidência, em situações específicas de crimes cometidos sem violência.

Um caso marcante foi o de jovens acusados de furto de baixo valor, onde o juiz optou por conceder o perdão judicial. Isso ocorreu porque os réus não possuíam antecedentes criminais e demonstraram arrependimento sincero. Nesse contexto, a decisão teve um impacto significativo, promovendo reabilitação social.

Outro exemplo foi a aplicação do perdão judicial em um caso de acidente de trânsito sem vítimas fatais. O réu, ao mostrar remorso genuíno e colaborar durante todo o processo, teve sua pena extinta. Esta decisão ressaltou a importância do critério subjetivo na avaliação do comportamento do réu.

Esses **casos exemplares** mostram a flexibilidade e importância do perdão judicial na busca por justiça equilibrada. Sua aplicação visa beneficiar aqueles que, embora tenham cometido

um ilícito, apresentam condições de se reintegrar à sociedade de maneira positiva.

Reformas Legislativas e Propostas de Mudança



Recentemente, têm havido várias propostas no Brasil focadas na reforma do Código Penal. Essas mudanças visam tornar as penas mais rígidas e adequadas à atual situação social. Por exemplo, o projeto de lei 2403/19 busca fortalecer penas de artigos como 33, 75, e 121, reconhecendo a necessidade de ajustes que reflitam melhor a gravidade dos crimes cometidos.

Outra questão relevante nas propostas de reforma é a substituição de penas privativas de liberdade por penas alternativas. Opções como trabalhos comunitários são sugeridas para alguns delitos, promovendo a reintegração social em vez de permitir o encarceramento excessivo que apenas reforça a criminalidade.

Existe um debate em torno da aplicabilidade do [perdão judicial](#) em casos de delitos de trânsito, o que mostra a necessidade de

um exame cuidadoso das condições em que esse instrumento legal pode ser utilizado. A doutrina penal brasileira está atenta aos impactos dessas propostas na justiça e segurança pública.

Enquanto as reformas buscam equilibrar punição e reabilitação, há uma preocupação crescente sobre as penas consideradas brandas. As propostas sugerem atualizações mais adequadas ao contexto atual, garantindo que a legislação não só puna, mas também previna a reincidência. Assim, a esperança é que essas medidas tragam um avanço significativo para o sistema jurídico brasileiro.

FAQ

O perdão judicial no âmbito do Artigo 120 do Código Penal não afeta a reincidência e é aplicado em determinadas circunstâncias. Além disso, as interpretações jurídicas variam, especialmente em relação aos seus efeitos extrapenais e condições específicas de aplicação.

Quais são as implicações extrapenais do perdão judicial?

O perdão judicial não elimina os efeitos extrapenais decorrentes de uma condenação. Embora não afete a reincidência, outras consequências, como danos civis, podem permanecer inalteradas. A possibilidade de implicações em processos administrativos ou de natureza cível também existe, dependendo do contexto do caso específico.

Em quais circunstâncias o perdão judicial pode ser concedido pelo juiz?

O juiz concede o perdão judicial em casos previstos pela lei onde o interesse da justiça o recomenda. Exemplos incluem homicídio culposo conforme art. 121, § 5º, e lesão corporal culposa conforme art. 129, § 8º do Código Penal. Essas

circunstâncias são determinadas por critérios legais e exigem uma análise cuidadosa do contexto fático.

Qual é o impacto do perdão judicial na reincidência e nos antecedentes criminais?

Conforme o Código Penal, o perdão judicial não é levado em conta para efeitos de reincidência. A sentença concessiva possui natureza declaratória que extingue a punibilidade, não alterando, portanto, os antecedentes criminais do indivíduo. Isso significa que, legalmente, a pessoa não é considerada reincidente ao receber tal perdão.

Como a doutrina jurídica interpreta o perdão judicial no contexto do Código Penal?

A interpretação doutrinária do perdão judicial varia, mas geralmente é vista como uma ferramenta para ajustar a punição às circunstâncias específicas de um caso. A maioria dos juristas concorda que o perdão visa a justiça individualizada, almejando um equilíbrio entre a retribuição justa e a clemência equitativa, respeitando os limites legais estabelecidos.

Como o perigo de vida é caracterizado e avaliado para a aplicação do Artigo 120 do Código Penal?

A caracterização do perigo de vida é uma questão relevante na aplicação do perdão judicial em situações como a lesão corporal culposa grave. Avalia-se a potencialidade de dano significativo à vítima. Essa avaliação é baseada em provas materiais e testemunhais apresentadas durante o processo judicial, sendo fundamental para determinar a adequação do

perdão.

Existem limitações ou condições específicas para que o perdão judicial seja aplicado em determinados crimes?

Existem, sim, limitações específicas para a concessão do perdão judicial. Apenas crimes determinados pela legislação, como o homicídio culposo e a lesão corporal culposa com circunstâncias agravantes, são elegíveis. Condições como comportamento do réu e a gravidade da culpa influenciam significativamente a decisão judicial.